

RESISTÊNCIA E AUTORIA EM SOJOURNER TRUTH: O MICROPODER COMO PRÁTICA SOCIAL

RESUMO: Este trabalho busca mobilizar as noções foucaultianas de poder, resistência, liberdade, discurso e função-autor para argumentar sobre a relevância de Sojourner Truth como símbolo da luta abolicionista e pelos direitos das mulheres.

ABSTRACT: *This article seeks to explore the Foucauldian notions of power, resistance, freedom, discourse and author-function to argue for the relevance of regarding Sojourner Truth as an abolitionist symbol as well as a vindicator of women's rights.*

INTRODUÇÃO

Sojourner Truth é um símbolo da luta pela abolição e pelos direitos das mulheres negras nos Estados Unidos. Nascida com o nome de Isabella Baumfree, por volta de 1797 no estado de Nova Iorque, foi vendida aos onze anos de idade. Sua trajetória é repleta de vivências religiosas que culminam no seu envolvimento com o movimento abolicionista. Analfabeta por toda a sua vida, ela desenvolveu a habilidade da oratória pela qual ficou famosa e que a transformou em um símbolo de resistência, ideia que será explorada neste trabalho.

Referenciada por pensadoras negras como Angela Davis (1983) e Djamilia Ribeiro (2017), Truth é apresentada como uma contestadora potente da hegemonia masculina, principalmente do viés de classe e raça¹ do movimento das mulheres do século XIX. Tais refutações são pautadas no discurso religioso cristão, que passava pelo que foi nomeado como "Second Great Awakening", em português Segundo Grande Despertar ou Grande Avivamento. Este movimento foi uma corrente "de entusiasmo democrático e fervor evangélico" que se iniciou no século XVIII e estendeu-se, segundo Bostic (2013, p. 15), "por todo o século XIX" nos Estados Unidos. As congregações metodistas e batistas se destacaram na busca por expandir suas igrejas e no recrutamento de novos cristãos. Com isso, o envolvimento de Truth com o Metodismo durante sua vida liga suas escolhas e seu envolvimento com a luta pela abolição e pelos direitos das mulheres negras.

Sojourner Truth, como se renomeou em 1843, publicou a narrativa de sua vida em 1850, após a ter ditado entre os anos de 1846 e 1849 para Olive Gilbert, vizinha da família com quem morava em Massachusetts. Além dessa publicação, com o avanço da campanha abolicionista e pelos direitos femininos, seu nome apareceu várias vezes em diversos jornais, especialmente após sua famosa participação na Convenção dos Direitos da Mulher em Ohio no ano de 1851, onde fez um discurso intitulado "Ain't I a Woman?" ("E eu não sou uma mulher?")². Seus discursos, assim como sua narrativa de vida, foram transcritos por outras pessoas e só assim obteve-se acesso à sua vida. Por isso, nomear a publicação de sua vida como "narrativa" ao invés de "autobiografia" desvia a percepção da sua autoria e, conseqüentemente, de seus esforços para ter voz e visibilidade em uma sociedade que a excluía. O uso do termo "(auto)biografia", neste trabalho, busca associar a força física e verbal de seus discursos e vivências que dela emanam a atos de resistência. A história de sua vida é, então, a transcrição mais importante que podemos abordar sobre Sojourner

Truth, pois é através dela que observamos a construção de sua própria trajetória.

Ao utilizar as noções³ teóricas de resistência, poder, liberdade, discurso e função-autor de Michel Foucault (1926-1984) para avaliar o lugar singular que a religião teve na vida de Truth, me volto também para as redes sociais que tornaram possível sua inscrição na história escrita e transformaram-na em uma autora. Ao examinar fontes escritas e publicadas no século XIX através das noções foucaultianas desenvolvidas no século XX, busca-se compreender como as palavras de Truth impactaram o discurso hegemônico e da luta pelos direitos femininos, que desconsideravam, respectivamente, as mulheres e as mulheres negras. Me apoiarei também em textos teóricos que abordam os gêneros da autobiografia e da autobiografia de afro-americanos, que me ajudarão a argumentar sobre a posição de Truth como autora de sua (auto)biografia. Pretendo, ao expor inicialmente as relações entre poder, liberdade, resistência, discurso e autoria, exemplificar e relacionar aspectos dos discursos e (auto)biografia de Sojourner Truth com as argumentações do autor de *Microfísica do Poder*, para então entrar na questão autobiográfica a partir da abordagem de James Olney (1980), Philippe Lejeune (2008) e William Andrews (1988).

PODER, LIBERDADE, RESISTÊNCIA E DISCURSO

A noção de poder é correlacional. Considerando o pensamento de Michel Foucault em torno da microfísica do poder na obra *História da Sexualidade* (1988), é preciso expor as relações que o poder estabelece com as concepções de liberdade, discurso, resistência e função-autor que também são desenvolvidas pelo filósofo de Poitiers. Tais relações estabelecidas entre os conceitos não implicam em hierarquização ou em uma visão dessas noções como subprodutos de uma dominação essencial (FOUCAULT, 1988). Trata-se, portanto, de relações que resultam numa coexistência que se efetiva no ato específico da ação.

Inicialmente, é preciso contrapor a concepção de que o Estado é detentor de poder. Ao considerar a metáfora do Leviatã de Thomas Hobbes (1588-1679), é possível observá-lo como um exemplo dessa exteriorização material do poder na figura do Estado, à qual Foucault pretende se opor. O Leviatã surge a partir da abdicação das liberdades e poderes dos indivíduos que lhes eram imanentes através do estado de natureza, para que pactuassem e constituíssem uma sociedade. Assim, ao renunciar às suas liberdades, os homens expressam a vontade de se submeterem a uma dominação contratada, que se-

Hanna Karolyne Souza Simões

Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais - 2018/1. Aluna do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários pela Universidade Federal de Minas Gerais - ingressou em 2019/1 - Linha de pesquisa: Literatura, História e Memória Cultural. Orientada pelo Prof. Marcel de Lima Santos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Contato:
<????>

Palavras-chave:
Sojourner Truth; Resistência; Função-autor; (Auto)biografia.

Keywords:
Sojourner Truth; Resistance; Author-function; (Auto)biography.

1 O uso do termo "raça" se dá por motivo de aproximação ao vocabulário da época, e está presente também ao evitar classificar a luta da época como feminista. Este não é o termo utilizado para o século XIX, sendo mais adequado pensar em luta pelos direitos das mulheres ou femininos.

2 Discurso disponível em <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>.

3 O uso do termo "noções", e não "conceito", se dá pela concepção de que Michel Foucault não buscava criar uma teoria geral sobre o poder, mas noções que seriam passíveis de questionamento a

dependem dos casos em que seriam aplicadas.

ria centralizada na figura do Leviatã, detentor dos poderes abdicados.

Essa relação comum entre poder e Estado é refutada por Foucault (1988, p. 88-89), ao entender que o poder age dentro de uma “multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização”. Os jogos de força que surgem dessas coexistências “as transforma[m], reforça[m], inverte[m]” e formam cadeias e sistemas. Assim, o poder se configura como “suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis” (FOUCAULT, 1988, p. 88-89). Dessa forma, a noção que o Leviatã representaria o Estado como algo externo e centralizador do poder é contraposta por Foucault que, segundo Roberto Machado (1979), expõe não haver centralidade do poder e que as relações de poder se situam também fora do Estado.

As forças constituintes do poder estão, segundo argumentado por Machado (1979), em níveis variados e em pontos diferentes da rede social. Isso reforça a onipresença dos poderes, que, segundo Foucault (1988, p. 89), se produzem “a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares”. Diante disso, compreendemos que o poder não existe em si, como algo que pode ser detido como uma coisa, mas em práticas ou relações. Além disso, tampouco o Estado é o ponto de partida do poder, uma vez que este se propaga em redes de relações que se disseminam pela estrutura social.

A partir dessa noção de correlação e coexistência, pode-se destacar o vínculo entre poder e liberdade. Foucault recusa a associação de poder com o direito, pois ele se apresenta na forma de repressão ou de leis, e o poder seria um jogo, uma luta em que estaríamos, de acordo com Foucault (2004, p. 268), “sempre de acordo com a situação”. Pensando nessa ideia, chegamos ao cerne da relação do sujeito com o poder, pois sendo esse estabelecido de maneira móvel e instável, ele estará presente nas relações diárias do sujeito e este, portanto, não poderá se “colocar de fora da situação”, já que sempre estamos em relações de poder. Sendo assim, já que “em nenhum lugar estamos livres de toda relação de poder”, o autor de *História da Sexualidade* entende que nós “temos sempre a possibilidade de mudar a situação, e que esta possibilidade existe sempre” (2004, p. 267-268). Isso se dá devido à mobilidade e à instabilidade das relações de poder, que não devem ser vistas de forma negativa, mas positiva, uma vez que o poder carrega em si a ideia de produção. A sua produção em relações é o que possibilita a sua instabilidade e que tem como condição a liberdade do sujeito que, por sua vez, é, então, a condição necessária para que relações de poder se desenvolvam, inclusive as relações que se dão com o governo.

Nas correlações entre liberdade e poder, observamos também a presença da resistência. Foucault (1988, p. 91) afirma inúmeras vezes que “onde há poder, há resistência”. A coexistência do poder e da resistência só se torna viável através da liberdade, uma vez que ela reafirma as relações como de poder, e não de domínio ou obediência. Como escreveu

Simone Sobral Sampaio (2006, p. 17), “a resistência sustenta-se e reivindica a liberdade para seu exercício de criação e recriação ainda que apareça, na forma simplória, de uma recusa”. Assim como exposto por Foucault apud Gonçalves (2012, p. 118-119):

“Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando – verdadeiramente se pode dizer que um tem todo poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre o outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência – de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertam a situação –, não haveria de forma alguma relações de poder. Sendo esta a forma geral, recuso-me a responder à questão que às vezes me propõem: Ora, se o poder está por todo lado, então não há liberdade. Respondo: se há relações de poder em todo o campo social, é porque há liberdade por todo lado. Mas há efetivamente estados de dominação. Em inúmeros casos, as relações de poder estão de tal forma fixadas que são perpetuamente dissimétricas e que a margem de liberdade é extremamente limitada.”

Ainda sobre resistência, é interessante que o autor a coloque no plural e com isso reforce a visão de que as resistências “estão presentes em toda a rede de poder” (1988, p. 91). O filósofo diz ainda que elas se apresentam como pontos ou nós e são irregularmente distribuídas no tempo e espaço. Foucault (1988, p. 92) reconhece que essa reverberação pode provocar “o levante de grupos ou indivíduos de maneira definitiva, inflamando certos pontos do corpo, certos momentos da vida, certos tipos de comportamento”, como exemplificaremos através da trajetória e história de vida de Sojourner Truth. Contudo, devido à mobilidade e transição desses pontos de resistências, Truth, enquanto autora, seria caracterizada como um foco que introduziu uma clivagem no discurso masculino e branco da época. Esse desnível provoca deslocamentos, rupturas e reagrupamentos que, ao percorrer os próprios indivíduos, recorta-os e os remodela (FOUCAULT, 1988).

Dessa forma, é possível compreender que as resistências, assim como as relações de poder, modelam e produzem oportunidades nas relações entre sujeitos e que a partir disso, de acordo com Foucault (2004, p. 267), “basta que qualquer um de nós se eleve sobre o outro, e o prolongamento dessa situação pode determinar a conduta a seguir, influenciar a conduta ou a não-conduta de outro”. Essa abordagem se conflui com as representações de Truth em seus discursos e em sua (auto)biografia.

A partir disso, é interessante observarmos como a ideia de discurso em Foucault se relaciona com a concepção de poder, pois podemos considerar que essas elevações que influenciam condutas se propagam através de discursos nas redes de poder. Em *A Ordem do Discurso* (1996), sua aula inaugural no *Collège de France* em 1970, Foucault apresenta procedimentos internos e externos de exclusão que são propagados pela Sociedade do Discurso, como ele

a intitulou. A interdição, a separação, a rejeição e a vontade de verdade são sistemas externos que controlam, organizam e redistribuem os discursos que, de forma coercitiva, são classificados por procedimentos internos como os comentários, a autoria e as disciplinas. A partir desses mecanismos, Foucault (1996, p. 10) aponta que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”, portanto as interdições que atingem o discurso realçam “sua ligação com o desejo e com o poder”.

É possível, então, entender que os sistemas de exclusão de discursos são, de acordo com Foucault (1988, p. 95), “instrumento[s] e efeito[s] de poder, e também obstáculo[s], escora[s], ponto[s] de resistência[s] e ponto[s] de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”. Assim, o discurso carrega a força produtiva, da criação; ele não deve ser posto em, ainda de acordo com Foucault (1988, p. 94), “um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso excluído, ou entre o discurso dominante e o dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes”. Dessa forma, os discursos são elementos no campo das correlações de força, e, como afirma Foucault (1988, p. 96), “podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia”.

A noção de discurso em Foucault, como trata-se em sua aula inaugural *A Ordem do Discurso* e no primeiro volume de *A História da Sexualidade*, aborda como o poder e o desejo caracterizam os procedimentos de exclusão, mas ao mesmo tempo consideram sua multiplicidade e polivalência. A partir da análise do discurso *Ain't I a Woman?* poderemos, então, exemplificar como tais noções podem ser observadas na transcrição de 1863 do discurso.

Pronunciado em 29 de maio de 1851 na cidade de Akron, Ohio durante a Convenção dos Direitos da Mulher, o discurso traduzido como “E eu não sou uma mulher?” é considerado um marco histórico por apontar para a interseccionalidade de gênero, raça e classe na luta pelos direitos femininos do século XIX e também para as feministas negras do século XX nos EUA. O discurso possui duas transcrições: a primeira – e mais curta – foi escrita por Marius Robinson, jornalista do jornal *Anti-slavery Bugle*, e publicada em 21 de junho de 1851; a segunda – e mais famosa – foi publicada em 23 de abril de 1863 pelo jornal *Independent* de Nova Iorque e escrita por Frances Dana Gage, mulher branca que presidia a convenção⁴. As transcrições apresentam versões diferentes do “mesmo” discurso e há muita polêmica a respeito da caricatura criada por Gage retratando Truth com uma oralidade notoriamente sulista, e especialmente sobre a dramaticidade com que esta representa Sojourner e as outras pessoas presentes na reunião⁵. Contudo, utilizaremos a versão de 1863 para nossa análise, tendo em vista que ela é a mais comumente apresentada e mencionada, e isso fomentou a criação de Sojourner Truth como um símbolo, como aponta Painter na biografia *Sojourner Truth, A Life, A Symbol* (1996).

A transcrição de Frances Gage, que também foi

publicada no anexo da *Narrative of Sojourner Truth*, edição de 1875, intitulado “Book of Life”, pode ser dividida em três momentos. Inicialmente ela explora a composição da reunião e especialmente, de acordo com Gilbert & Truth (1998, p. 90), o “zumbido de desaprovação”⁶ produzido pela presença de uma mulher negra, o que, segundo relatado, prejudicaria o encontro por acrescentar a questão abolicionista à pauta da convenção pelos direitos das mulheres. Ainda na primeira parte, Gage apresenta os argumentos que homens religiosos expuseram como indicativos da inferioridade feminina de acordo com o cristianismo.

Tais argumentos são recuperados na segunda parte, referente ao discurso de Truth em si. Na terceira e última parte, Gage descreve a comoção positiva produzida pelo discurso de Truth, apontando que “nunca, na minha vida, vi nada parecido com a influência mágica que subjogou o espírito de revolta da época e transformou as piadas e zombarias de uma multidão animada em notas de respeito e admiração” (1998, p. 93). A partir dessas informações, será possível apontar como as ideias de domínio masculino, bem como de classe e raça, foram contrapostas pela versão de 1863 do discurso de Truth.

A presença e fala de Sojourner Truth representam elementos discursivos que, por incorporarem princípios religiosos valorizados pelos outros participantes da reunião, caracterizaram uma estratégia retórica que, segundo Davis (1983), usava uma lógica irrefutável. Durante seu discurso, Truth primeiro contrapõe os argumentos que a invisibilizavam enquanto mulher por ser negra:

“Aquele homem ali diz que a mulher precisa ser ajudada em carruagens, levantada sobre valas e ter o melhor lugar em todos os lugares. Ninguém nunca me ajuda em carruagens, ou em poças de lama, ou me dá o melhor lugar;” [e, levantando-se a toda a sua altura e sua voz a um tom semelhante a um trovão, ela perguntou], “E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço!” [E ela colocou o braço direito no ombro, mostrando seu tremendo poder muscular.]” (GILBERT & TRUTH, 1998, p. 92)

E, mais próximo do final de sua fala, ela faz uso de referências bíblicas para refutar as afirmações feitas pelos homens brancos:

“Aquele homenzinho de preto, ele diz que a mulher não pode ter tanto direito quanto o homem, porque Cristo não era uma mulher. De onde veio o seu Cristo?” Trovões rolantes não poderiam acalmar a multidão, assim como aqueles tons profundos e maravilhosos, enquanto ela estava ali com os braços estendidos e os olhos de fogo. Erguendo a voz ainda mais alto, ela repetiu: “De onde veio o seu Cristo? De Deus e de uma mulher. O homem não teve nada a ver com ele.” Oh! que repreensão ela deu ao homenzinho.” (GILBERT & TRUTH, 1998, p. 92)

A partir desses dois exemplos, é possível observar a multiplicidade discursiva abarcada pelo discurso masculino cristão, cuja busca pelo poder e dominação discursiva se dava através de sistemas

4 A publicação tardia de Gage é apontada por Nell Irvin Painter como resposta a uma publicação, um mês antes, de Harriet Beecher Stowe, autora de *Uncle Tom's Cabin* (Cabana do Pai Tomás), afirmando que Truth já havia falecido (PAINTER, 1996).

5 Painter argumenta ainda que Gage recria o cenário como hostil à luta abolicionista, de forma a atacar a jornalista de Pittsburgh, Jane Swisshelm, considerada como “rival” de Gage à época. A análise de Painter do discurso de 1863 percorre, então, os “papeis invisíveis” que Gage transfere de Swisshelm para Truth (PAINTER, 1996).

6 Todas as traduções do discurso foram feitas pela autora deste artigo.

de exclusão. Sojourner Truth, contudo, vai além. Sua fala se refere ao procedimento de interdição, segundo o qual, de acordo com Foucault (1996, p. 09), “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância”, pois questiona o direito privilegiado da mulher branca de requerer direito ao voto ou mais independência, sem considerar que tal luta não incluía mulheres negras. Por que, afinal, Sojourner Truth não seria uma mulher? Na resposta a essa pergunta, são expostos os procedimentos de separação e rejeição que são reforçados pela negativa dentro da pergunta que intitula o discurso. Com isso, além de apontar para o óbvio, Truth evidencia sua exclusão.

Com suporte nesses argumentos, podemos considerar o Segundo Grande Despertar vivido por Truth como produtor de diversos discursos. Na intenção de estender os conhecimentos religiosos, o Metodismo, por exemplo, buscou na população negra e escravizada dos Estados Unidos fiéis que compactassem com suas morais e valores. Dessa forma, o discurso religioso se expandia a uma população que era marginalizada socialmente e que, através de mulheres como Truth, Maria Stewart e Harriet Tubman, encontrou vozes que fortaleceram as requisições pela abolição e pelo reconhecimento enquanto cidadãos e cidadãs. Contudo, como Foucault aponta na sua aula inaugural, doutrinas religiosas tratam da hierarquização do campo do discurso. Por isso, ao pensar nessas vozes que propagavam ensinamentos religiosos é preciso apontar que, enquanto mulheres, Truth e Stewart, por exemplo, tiveram de buscar a aceitação do público com o qual se comunicavam. Isso se dava porque enquanto doutrina era necessário que partilhassem de um mesmo discurso, e que o que falassem estivesse em “conformidade com os discursos validados” pois, conforme destaca Foucault (1996, p. 42),

“a pertença doutrinária questiona ao mesmo tempo o enunciado e o sujeito que fala, e um através do outro. Questiona o sujeito que fala através e a partir do enunciado, como provam os procedimentos de exclusão e os mecanismos de rejeição que entram em jogo quando um sujeito que fala formula um ou vários enunciados inassimiláveis”.

Dessa forma, observam-se estratégias contraditórias coexistentes dentro do discurso religioso que evidenciam as falas expostas pelos homens que participavam da reunião de 1851 como instrumentos de poder e controle de discursos através dos sistemas de exclusão para argumentar pela inferioridade de todas as mulheres e pela reprovação da luta pelos direitos femininos que estava em pauta.

Se os argumentos usados por Truth em 1851 revelam elementos de multiplicidade discursiva, na sua *Narrative* ela aponta para a força religiosa de suas revelações como produtora de sua individualidade. Marcada por duas experiências emancipatórias, ela primeiro aborda sua revelação religiosa em concomitância com a conquista da sua liberdade enquanto escravizada e, depois, já convertida ao Metodismo, se renomeia como Sojourner Truth após mais uma manifestação religiosa. Sua história é marcada por lutas permeadas pela sua peregrinação e disseminação do que ela considerava a verdade – daí a origem de seu nome. Contudo, as redes de poder com a

força criativa do discurso se evidenciam mais nos discursos transcritos do que na sua narrativa escrita por Olive Gilbert. Isso porque Gilbert, assim como Marius Robinson, ao contrário de Frances Dana Gage, escreve na terceira pessoa e estabelece uma distância entre o sujeito (auto)biografado e seu papel como amanuense. Mesmo que Gage em 1863, por outro lado, exerça a força criativa do discurso feminino da época ao criar e descrever o cenário da convenção a partir de estratégias da linguagem, ela o faz de forma a distinguir sua visão do que foi falado por Truth. Assim, a liberdade poética a qual se permitiu transformou o discurso em mais dramático do que o relatado por Robinson. A partir disso, sua versão se tornou mais veiculada e a repetição da pergunta “E eu não sou uma mulher?” transformou-se em um marco estratégico muito relatado por feministas do século XX. Não obstante, torna-se válido questionar a autoria de tais discursos e da narrativa de sua vida como forma de explorar as estratégias das quais Truth fez uso para se promover enquanto “pregadora da verdade”.

FUNÇÃO-AUTOR

Sobre a função-autor abordada por Michel Foucault, observamos que, em seu texto “O que é um autor?”, ele propõe que discursos sejam desassociados dessa função. Dessa forma, o sujeito não é a origem de seu discurso, pois “trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso” (FOUCAULT, 2001, p. 187). Mas isso não retira dos discursos sua potência; muito pelo contrário, essa desassociação do sujeito como autor propicia que “instaurações discursivas” sejam postas em destaque e que o discurso seja mais pautado do que quem fala, como ele apontou no início da conferência através de uma simples pergunta: “Que importa quem fala?”.

Contudo, Foucault (2001, p. 273) afirma que “o nome do autor não é, pois, exatamente um nome próprio como os outros”. Segundo o filósofo, o nome do autor atribui uma função classificatória em relação ao discurso, que permite que textos sejam reagrupados e relacionados, atribuindo a eles um certo status que se associa à maneira com que tais textos são recebidos em uma cultura. Então, como já exposto, é possível afirmar que o discurso “E eu não sou uma mulher?” relaciona o nome de Truth com o discurso contra a hegemonia masculina e racial da época. O fato de que esses discursos e a narrativa de sua vida foram escritos por outras pessoas, mas eram sempre ordenados sob seu nome, corrobora com sua associação às reivindicações abolicionistas e femininas dentro da perspectiva das mulheres negras.

O envolvimento de Sojourner Truth com essas causas, durante e após a publicação de sua narrativa em 1850, a estabeleceu historicamente como uma personagem importante para as discussões da época. Seus discursos e sua peregrinação lhe proporcionaram reconhecimento já em vida. Nell Irvin Painter (1990), em um artigo sobre a vida e memória de Truth, argumenta que as representações feitas por Harriet Beecher Stowe e Frances Dana Gage, por exemplo, corroboraram com a personificação de Truth como o ideal pastoral do século XIX

“que é primitivo, exótico e totalmente ao contrário de pessoas civilizadas”, como destaca Painter (1990, p. 09-10). Esse ideal, surge através das experiências de industrialização e urbanização do nordeste dos EUA, de americanos brancos que buscavam “figuras de pureza imaculada, intocada pela educação e civilização” (Painter, 1990). A publicação da sua (auto)biografia, juntamente com a venda de pequenas fotos de *carte-de-visite*, conferiu valor a sua imagem, pois reverberou sua existência, trajetória e resistência – considerando que as existências negras são alvo de silenciamento e apagamento ao longo da história. Podemos argumentar que o fato de ter narrado sua vida para Olive Gilbert instigou em Truth o pensamento crítico sobre sua história, especialmente no âmbito religioso, por ser uma narrativa voltada para a conversão.

Sua participação no movimento da luta pelos direitos femininos e pela abolição é de vital importância para o movimento feminista negro. Ao ser recuperada por feministas negras nos Estados Unidos, como Zora Neale Hurston no início do século XX, e mais intensamente por Alice Walker e bell hooks no final desse mesmo século, Truth se torna uma figura-chave para compreender as origens do feminismo negro naquele país. Essa retomada aos seus discursos, um século após serem proferidos, diz sobre um retorno ao discurso feminista, que utiliza autoras negras de outro tempo para modificar a própria discursividade nesse campo que efervescia depois da metade do século XX. Esse, que implica em um movimento de mudança do discurso hegemônico, seria identificado por Foucault (2001) como parte necessária da transformação da própria discursividade.

Mas é preciso que levemos em conta que, por não saber ler ou escrever, Truth não teve acesso – de forma a poder avaliar criticamente – a nada do que foi escrito sobre ela. Tal apontamento é notório ao examinar as discrepâncias entre as transcrições do discurso “E eu não sou uma mulher?”, a partir do qual, como já exposto, surge a figura simbólica de Truth. O relato mais direto e menos floreado de Marius Robinson, de 1851, foi eclipsado pela versão colorida e pulsante de 1863, de Frances Gage. Mas, apesar de serem transcrições diferentes, é possível, a partir da comparação, vislumbrar os argumentos de Truth e assim coletar reminiscências do que foi por ela pronunciado. A respeito de sua (auto)biografia, contudo, há interferências mais distinguíveis e incertezas. Na introdução da versão publicada na *The Library of America*, consta uma nota afirmando que Truth não pôde ver uma prova do que foi escrito e que isso torna possível que diversos erros tenham sido cometidos (GILBERT & TRUTH, 2000).

Além disso, a própria construção do texto da *Narrative* mostra uma interferência mais direta de Gilbert (cuja voz é perceptível), sem, contudo, deixar de apontar para a presença de Truth através de menções, uso de aspas e na vontade de ter sua vida publicada, como indica Painter. No relato da sua primeira revelação religiosa, por exemplo, há a referência aos seus dizeres tanto na indicação direta do “ela diz” e do uso de aspas, como mostram Gilbert & Truth (1998, p. 44): “Mas, antes dela chegar ao veículo, ela diz que Deus se revelou a ela, com toda a repentina explosão de um raio, mostrando-lhe, ‘num

piscar de olhos, que ele estava por todo o lado’ – ele permeava o universo – ‘e que não havia lugar onde Deus não estivesse’.”. Dessa forma, como será argumentado mais à frente, é possível considerar a *Narrative of Sojourner Truth* uma (auto)biografia escrita em colaboração⁷, como aponta Philippe Lejeune (2008).

Isso, segundo Foucault, indica que autores não possuem posse do texto enquanto seus proprietários ou responsáveis e que tampouco os produzem ou os inventam. A função-autor está na atribuição do que foi dito ou escrito, mas que é “o resultado de operações críticas complexas e raramente justificadas” (2001, p. 264). Dessa forma, Sojourner Truth foi classificada como uma autora tanto a partir das atribuições feitas a ela, quanto na sua intenção em publicar a história de sua vida, que foi concretizada através do auxílio de Olive Gilbert como amanuense. Portanto, muito embora a discrepância entre as transcrições do discurso seja relevante, isso não retira a autoria de Truth. Não é possível saber exatamente o que foi por ela dito, tendo em vista que suas falas foram transmitidas por terceiros e que, por mais que tentem expressar o que foi realmente dito pela autora, não conseguirão reproduzir exatamente o que foi pronunciado. Contudo, o fato de terem associado os discursos a ela enquanto autora corrobora com sua transformação em um símbolo e com a percepção da complexidade e pluralidade de percepções de sua vida e ações. O mesmo poderia ser observado a respeito da sua (auto)biografia, que passou por diversos níveis de seleção e formatação por ter sido produzida em colaboração⁸.

Portanto, sua classificação enquanto autora se relaciona com o fato de que, segundo Foucault, há o interesse em buscar informações sobre as origens e contexto dos discursos “literários”, e que caso estes chegassem desprovidos da função-autor, esta seria a primeira coisa indagada. Para Foucault (2001, p. 276), “o anonimato literário não é suportável para nós; só o aceitamos na qualidade de enigma. A função-autor hoje em dia atua fortemente nas obras literárias”. Em vista disso, ao retornar à pergunta por ele exposta no início da conferência “O que é um autor?”, “Que importa quem fala?”, é possível argumentar pela relevância da função-autor dentro do meio literário e que a atribuição dessa função à Sojourner Truth, mesmo com as complexidades de suas transcrições e (auto)biografia, reforça sua força e poder de resistência no contexto por ela vivido.

AUTORIA NA AUTOBIOGRAFIA

Considerando os argumentos que associam Truth à autoria, como justificada na seção anterior, exploraremos e expandiremos a discussão dessa denominação dentro do que intitulamos “(auto)biografia”. Essa investigação está pautada na complexa delimitação da obra *Narrative of Sojourner Truth* (2000) dentro do espaço biográfico. “Sua” narrativa foi editada diversas vezes, resultando em uma multiplicidade de vozes, que eram alteradas especialmente por meio de inclusões. Dessa forma, além da escrita, edições eram realizadas por outras pessoas, com ou sem a autorização de Sojourner Truth. Frances W. Titus, por exemplo, republicou a obra um ano após a morte de Truth e adicionou um capítulo memorial, dedicado aos detalhes de seu adoecimento e morte. A partir disso, utilizaremos a abordagem de

7 Tal nomeação deve, é claro, levar em consideração outros elementos discursivos durante o processo de construção textual da (auto)biografia de uma mulher negra sendo escrita por uma mulher branca.

8 Além de Olive Gilbert, outras mulheres ajudaram Truth a compor sua *Narrative*, como Frances Titus, que editou as versões a partir de 1875.

teóricos do gênero biográfico e autobiográfico para auxiliar na discussão sobre a autoria de Truth.

Ao aprofundar na concepção da escrita de si, o escritor norte-americano James Olney (1980) questiona o que entendemos como “auto”, como “bio” e qual significância atrelamos ao ato da grafia e consequentemente qual o efeito de transformar uma vida em um texto. O autor apresenta três suposições, que ele considera ingênuas, para os conceitos que compõem a palavra: primeiro, que, de acordo com Olney (1980, p. 20),

“o ‘bio’ da autobiografia só poderia significar ‘o curso de uma vida’ ou pelo menos uma parte significativa da vida”; segundo, que a grafia de uma vida poderia se aproximar de um relato histórico e objetivo; e terceiro, que a concepção de “auto” não carregaria “nenhuma questão agonizante de identidade, auto-definição, autoexistência ou autoengano [...] e, portanto, o fato de que o próprio indivíduo estava narrando a história de si mesmo não tinha implicações filosóficas, psicológicas, literárias ou históricas preocupantes”.

Assim, ele conclui que inicialmente se assumia a neutralidade perfeita do autor e a não existência de desfigurações ao agregar o prefixo “auto”, mas que, depois de estudos sobre esse gênero literário entram em voga, a consciência de si fez com que o “eu” fosse visto de forma a, segundo Olney (1980, p. 21), “moldar e determinar a natureza da autobiografia, e que, assim, metade se descobre e metade se cria”. Com isso, ele destaca a vertente criativa e ficcional da escrita de si.

A partir dessa reflexão de Olney, observamos o surgimento de algumas questões que emergem no “simples” fato de um sujeito se (auto)biografar. Tentando abordar as suposições em torno dos termos que compõem o nome do gênero, vemos que, embora uma (auto)biografia não intente realizar um relato histórico objetivo, há a seleção da parte mais importante de uma vida – que no caso é a experiência religiosa que transformou Isabella Baumfree em Sojourner Truth. A vida selecionada para grafia, contudo, não está alinhada com a consciência de si e as questões de identidade de maneira tão evidente. Mas ainda assim é possível dizer que elas são desenvolvidas durante o texto, pois os eventos mencionados constroem sua narrativa de emancipação física e espiritual, que culmina na autorrenomeação de Isabella Baumfree como Sojourner Truth⁹. No entanto, a complexificação da questão identitária com a participação de Olive Gilbert como amanuense de Truth, devido ao seu analfabetismo, faz com que o uso do termo “auto” seja questionado.

Como, então, classificaremos uma mulher analfabeta cuja vida ela ditou? Seria seu trabalho uma biografia ou uma autobiografia? Para isso, traremos o escritor francês Phillippe Lejeune (2008), que se dedica a analisar “a autobiografia dos que não escrevem”. O autor aborda a divisão social expressa na grafia da própria vida como um privilégio das classes dominantes que teriam, por conseguinte, acesso à educação e condição de escrever uma autobiografia. Dessa forma, de acordo com Lejeune (2008, p. 113), “o ‘silêncio’ das outras classes parece totalmente natural: a autobiografia não faz parte da cultura dos

pobres”. Ele expõe que seria mais simples chamarmos essas obras, que permanecem na intersecção das classificações do espaço biográfico, de “relato de vida”, pois seria paradoxal chamar de autobiografia um texto produzido por outra pessoa que não a fonte, ou de biografia, pois o termo não determina que a pessoa é a única fonte oral do relato.

A abordagem deste autor tem suas particularidades, pois, além de focar nas autobiografias francesas, ele compreende a posição do escritor como entrevistador¹⁰, que elabora questões a serem respondidas pelo sujeito cuja trajetória ele pretende transformar em texto. Há na autobiografia compartilhada uma divisão de papéis, o entrevistador amanuense e o modelo-fonte. Essa divisão pode ser anulada quando a fonte elaborada ela própria uma narrativa, e assim torna-se, de acordo com Lejeune (2008, p. 122-123), “o *nègre* de seu *nègre*”, ou seja, um completo autobiógrafo”. Com isso, compreendo que Truth foi sua completa autobiógrafa ao decidir e determinar as informações que seriam expostas. Suas interferências se apresentam no decorrer do texto ao se recusar a falar sobre pessoas ou períodos específicos, como aponta Painter (1996, p. 16). Outro argumento que corrobora o argumento de Truth como autora é que a publicação de sua vida teria um retorno financeiro que era por ela desejado para auxiliá-la a comprar sua própria casa – algo que, até o momento da produção literária, fora impossível. Mas não podemos deixar de considerar a participação direta e indireta de Gilbert, pois suas colocações e comentários, bem como certas ênfases, a evidenciam no texto. Além disso, tendo em vista essa presença, o uso de parênteses no termo (auto) parece adequado por expor as dificuldades em classificar a obra como autobiografia ou não. Seu uso evidencia a presença de Olive Gilbert, que escreveu, e a agência de Truth ao se mobilizar para publicar sua vida, apesar de não ter o recurso necessário para fazê-lo.

Entretanto, a ideia de uma autobiografia escrita em colaboração é refutada por outros autores. William Andrews, autor de *To Tell a Free Story* (1988), ao falar sobre as particularidades das narrativas negras do período escravagista, define um limite rígido entre as autobiografias “clássicas” e as escritas por um amanuense. Ele argumenta que uma autobiografia cuja escrita foi elaborada por outra pessoa sem ser seu narrador não deveria, segundo Andrews (1988, p. 19-20), “ser discutida em pé de igualdade com aquelas autobiografias que foram autonomamente autorizadas pelo próprio sujeito negro”¹². Contudo, a autoria negra, inclusive de autobiografias clássicas famosas, como a de Frederick Douglass e de Harriet Jacobs, foi profundamente questionada pela descrença na habilidade de escrita de ex-escravizados. Em relação a *Narrative*, Painter afirma que, segundo Gilbert & Truth (1998, p. XVI), “numa primeira leitura, separar a voz de Truth da de Gilbert parece impossível, especialmente porque Gilbert cita Truth na terceira pessoa e insere suas próprias opiniões”. Entretanto, embora a presença de Gilbert esteja evidente no texto através de seus comentários e outras interferências, é possível diferenciar os tons no texto, como o faz Painter na introdução da edição publicada pela editora *Penguin*.

É possível argumentar, então, que a narrativa da vida de Sojourner Truth foi autorizada e desejada

9 Seu nome pode ser traduzido como Peregrina da Verdade.

10 Essas entrevistas podem contar com o auxílio de gravadores de voz, ferramenta inexistente na época de Truth.

11 *Nègre* é considerado o escritor fantasma.

12 As citações de William Andrews foram traduzidas por mim.

por esta, que, mesmo sem controle total sobre o texto que disseminaria sua história de fé e superação, se emancipou financeiramente através de sua venda. Outro ponto relevante é a falta de indicação de autoria na capa das edições. Se, em outras (auto) biografias de escravizados que também eram intituladas como *Narrative*, observa-se na página do título os dizeres “Como escrito por ela mesma” ou a presença de seu nome, no caso de Sojourner Truth, encontramos apenas “Impresso para a autora” ou “Publicado para a autora”, sem referências ao nome de Olive Gilbert. Esse detalhe indica uma diferença na percepção sobre autoria na época de publicação e também que Truth era classificada como responsável pela publicação da obra, sendo, então, a autora do livro que se referia à história de sua vida.

Com todas essas questões relativas à associação de Truth como autora de seus discursos e (auto) biografia, é preciso que, como sujeita e integrante da rede de poder que se desenvolve nas relações que se dão, analisemos de que maneira sua ação como peregrina da verdade a caracteriza como um ponto, nó ou foco de resistência. Dessa forma, a construção do seu comportamento perpassou os momentos mais marcantes de sua vida, como sua emancipação da escravidão, sua luta para recuperar seu filho vendido ilegalmente, sua decisão de integrar e permanecer no reino de Matthias¹³ e, mais evidentemente, seu renascimento como Sojourner Truth em 1843. Além disso, ela foi para Washington na década de 1860 e lá trabalhou para ajudar negros refugiados enquanto lidava e resistia diariamente ao segregacionismo que a impedia de utilizar o transporte público (PAINTER, 1996). Dessa maneira, ela deu vazão a esses pontos de resistência em sua vida, não só em atitudes pontuais, mas também em suas falas e escolhas.

Em vista disso, o obstáculo enfrentado por Truth ao não ser a escritora de sua própria (auto)biografia é superado no uso de uma amanuense. Isso não elimina as questões de identidade e interferência no texto, mas ressalta o papel determinante da pessoa cuja vida foi transcrita e publicada. O uso de parênteses no termo “auto”, então, incorpora as clivagens de identidade e identificação, que pertencem a todas as obras autobiográficas ao suporem um “eu” neutro, como abordado por Olney (1980). Assim, a concepção de Philippe Lejeune de que existem auto-

biografias daqueles que não escrevem se apresenta como fortunosa para a classificação de Truth como autora e de sua *Narrative* como uma (auto)biografia.

CONCLUSÕES

A partir desses argumentos e observações, podemos considerar Sojourner Truth como um ponto de resistência. Sua construção de identidade, apoiada em suas experiências, resulta em rupturas tanto no âmbito interno e pessoal quanto no seu posicionamento político e religioso. As motivações para essas mudanças foram extraídas não somente de um contexto social vivenciado, mas também de uma força e vontade interna.

O que Truth fez na convenção em Akron, por exemplo, foi – como exposto por Foucault em sua entrevista *Sexo, poder e a política da identidade* (FOUCAULT, 2004) – se elevar sobre o discurso patriarcal fundamentado na religião de maneira a influenciar a conduta dos homens e mulheres presentes, criando possibilidades de mudar a situação das mulheres brancas e negras. Seu discurso é um posicionamento forte de resistência em que ela mesma retoma argumentos bíblicos para advogar por um que buscava os direitos das mulheres. As fontes escritas que temos sobre sua vida e discussões ressaltam as tensões que Truth expunha ao construir seus argumentos pautados no cristianismo para defender suas próprias palavras enquanto mulher negra.

Essa resignificação do discurso religioso se dá pelo seu uso criativo, que acaba por se relacionar com a atribuição autoral de sua narrativa e falas, muito embora essa questão seja mais complexa. Assim, ao observarmos sua defesa pela abolição e pelos direitos das mulheres como uma estratégia para pautar suas próprias narrativas e discursos, nos deparamos com sua importância para representar a voz da mulher negra do século XIX. Com isso, penso que é preciso que saibamos quem foi Truth para que o que foi dito e escrito por e sobre ela faça sentido e ganhe um propósito que reverbere no tempo e seja retomado, a partir das relações de poder desenvolvidas na época, na contemporaneidade a fim de que suas contribuições possam ser devidamente contextualizadas.

13 Durante os anos de 1833 e 1835, Isabella (que ainda não tinha se renomeado como Sojourner Truth) seguiu o Profeta Matthias, que alegava encarnar o espírito de Jesus Cristo e de Mateus. Robert Matthews, como Matthias se chamava, acreditava ser o único mensageiro de Deus e por isso criou seu próprio reino, o Monte Sião.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, W. L. (1988). *To tell a free story: the first century of Afro-American autobiography, 1760-1865*. Illini Books ed. Urbana, Ill. Univ. of Illinois Press.
- BOSTIC, J. R. (2013). *African American female mysticism: nineteenth-century religious activism*. Ed. New York. Palgrave Macmillan.
- DAVIS, A. Y. (1983). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo. Boitempo.
- FOUCAULT, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo. Loyola.
- _____. (1988). “Método”. *História da sexualidade*. [S.l.] Edições Graal. v. 1: 88–97.
- _____. (2001) *O que é um autor? Ditos e escritos III: Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Tradução Inês Barbosa. Rio de Janeiro. Forense Universitária.
- _____. (2004). “Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade”. *Verve*. v. 5: 260–277.
- GELEDÉS. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/sojourner-truth/>>. Acessado em 27 de abril de 2019.

GILBERT, O.; TRUTH, S. (1998). *Narrative of Sojourner Truth: a bondswoman of olden time, with a history of her labors and correspondence drawn from her Book of life; also, A memorial chapter*/Edited with an introduction and notes by Nell Irvin Painter. New York. Penguin Books (Penguin classics).

..... (2000). "Narrative of Sojourner Truth, a Northern Slave, Emancipated from Bodily Servitude by the State of New York, in 1828. With a Portrait (1850)". in: ANDREWS, W. L.; GATES, H. L. (Org.). *Slave narratives*. The Library of America. New York: Library of America.

GONÇALVES, D. L. C. (2012). Da resistência ao poder à prática refletida da liberdade. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina.

LEJEUNE, P. (2008). *O Pacto Autobiográfico – De Rousseau À Internet*. Belo Horizonte. UFMG.

MACHADO, R. (1979). "Introdução – Por uma genealogia do poder". in: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro. Graal.

OLNEY, J. (1980). "Autobiography and the Cultural Moment: A Thematic, Historical, and Bibliographical Introduction". In: OLNEY, J. (Org.). *Autobiography: Essays Theoretical and Critical*. [S.l.]. Princeton University Press.

PAINTER, N. I. *Sojourner Truth: a life, a symbol*. New York, NY: Norton, 1996.

..... (1990). "Sojourner Truth in Life and Memory: Writing the Biography of an American Exotic". *Gender & History*, v. 2, n. 1: 03-16.

RIBEIRO, D. (2017). *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento. (Feminismos plurais).

SAMPAIO, S. S. (2006). "Resistências". *Revista Aulas*, n. 3: 1-25.



RECEBIDO em 30 de abril de 2019.
APROVADO em 13 de abril de 2020.